

2º SEMINÁRIO JUVENTUDE, CULTURA E DESENVOLVIMENTO



“O brilho dos bastidores”. Foi assim que Beatriz Azeredo, diretora do Centro de Estudos de Políticas Públicas – CEPP -, definiu o tema do 2º Seminário Juventude Cultura e Desenvolvimento, que integrou a programação da 2ª Mostra Brasil Juventude Transformando com Arte, realizado em 3 de junho de 2008, no auditório do SESC Tijuca.

Abertura:

Beatriz Azeredo - CEPP

1ª. Parte: Adair Rocha, MinC; Regina Novaes, UFRJ; Alcione Araújo

2ª. Parte: Rodas de conversa

Roda 1: Produção Cultural e Autogestão

Heliana Marinho, SEBRAE –RJ; Victor Onofre, Afroraggae (RJ); Alemberg Quindins, Fundação Casa Grande (CE); Júnior Perin, Crescer e Viver (RJ); Pablo Capilé, Espaço Cubo (MT); Makely Ka, Fórum Permanente de Música de Minas Gerais (MG); Célia de Fátima Pinheiro Moreira, PIM (RJ); Yuri Hunas, CPCD / Meninos de Araçuaí (MG)

Roda 2: Cultura Livre - Novas Tecnologias e Mídias Alternativas

Isabela Nunes, Casa Daros (RJ); Cláudio Prado, MinC – Secretaria de Programas e Projetos Culturais; Fernando Attayde, Publytape / WTN (RJ); Claudius Ceccon, CECIP (RJ); João Alegria, Canal Futura (RJ); Hermano Vianna, Overmundo (RJ); Isabel Gouvêa . Cipó Comunicações (BA); Gilson Neves, Radio Comunitária Boca da Mata FM (AL)

Roda 3: Juventude, Educação e Cultura

Ruy Berger, Consultor da Fundação Kellogg (DF); Luciana Guimarães, Centro Cultural da Juventude (SP); Marcus Vinicius Faustini, Secretário de Cultura – Nova Iguaçu (RJ); Sueli de Lima, Casa das Artes da Mangueira (RJ); Denise Mendonça, TEAR (RJ); Suely Silva, Geração Futuro (PE); José de Oliveira Santos, Ação Cultural (SE); Valéria Fagundes, jovem poetisa (PE)

Síntese das Rodas de Conversa e Encerramento

Angela Nogueira, CEPP; Heliana Marinho, SEBRAE-RJ; Isabela Nunes, Casa Daros; Ruy Berger, Consultor da Fundação Kellogg (DF)

De fato, se, nas noites da Mostra, era a vez dos vários grupos de jovens brilharem sob as luzes do palco do João Caetano, no Seminário, o centro das atenções foi a discussão das condições de existência e continuidade dessas iniciativas artísticas e, sobretudo, dos caminhos que permitem otimizar o potencial de transformação política e social das ações culturais de juventude na direção de uma sociedade mais justa e democrática.

Com esse objetivo, o encontro reuniu 200 pessoas entre produtores culturais, artistas e pensadores de diversos campos da arte, gestores, representantes de órgãos de governo e lideranças de projetos sócio-culturais voltados para jovens de vários estados do Brasil. Após a mesa de abertura, sobre “O papel social da arte”, os participantes se dividiram três Rodas de Conversa que abordaram os temas “Produção Cultural e autogestão”, “Cultura Livre, novas tecnologias e mídias alternativas”, e “Juventude, educação e cultura”. Ao final do *evento*, os mediadores de cada Roda de Conversa apresentaram, para o conjunto dos presentes, uma síntese dos principais resultados do debate nela desenvolvido, que poderão servir de subsídio para futuras ações.

1ª. Parte: O papel social da arte e da cultura

Beatriz Azeredo, Diretora do CEPP

“Brasil é referência mundial em termos de trabalhos com arte para o desenvolvimento e a inserção social..... É fundamental que se faça o mapeamento da sua distribuição no país, determinando onde estão seus agentes, quem são, a diversidade cultural que revelam”.



Ao iniciar os trabalhos, Beatriz Azeredo, Diretora do CEPP, lembrou que o Brasil é referência mundial em termos de trabalhos com arte para o desenvolvimento e a inserção social, fundados na crença no poder de transformação social da arte, principalmente no caso de ações que envolvem a população jovem. Para que se possa ter a dimensão do número e da natureza desses projetos, mais especificamente daqueles que são liderados por ou voltados para jovens, no entanto, é fundamental que se faça o mapeamento da sua distribuição no país, determinando onde estão seus agentes, quem são, a diversidade cultural que revelam. É justamente a essa tarefa que o CEPP vem se dedicando, já tendo concluído um levantamento das experiências existentes no Nordeste do Brasil. A proposta é constituir um banco de âmbito nacional de projetos sociais que articulem arte e cultura em âmbito nacional. São, justamente, representantes desse Brasil culturalmente múltiplo e diverso que o Seminário pretende reunir, promovendo o diálogo entre eles.

Para constituir a mesa de abertura, que Beatriz Azeredo qualificou como uma roda de inspiração, foram convidados três palestrantes: Adair Rocha, do Ministério da Cultura; Regina Novaes, antropóloga, professora e pesquisadora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, ex Secretária Nacional de Juventude; e Alcione Araújo, autor e diretor de teatro.



Adair Rocha, representante do Ministério da Cultura para o Rio de Janeiro e Espírito Santo

propôs que os debates abordassem a cultura a partir de três pontos de vista, que seriam fundamentais ao fazer artístico: como representação simbólica, como elemento da cidadania e como fator da economia

A seu ver, a questão do papel social da cultura é relevante sobretudo nos contextos em que não se tem acesso aos seus recursos. Critica, no entanto, a colocação desse problema em torno da oposição entre inclusão e exclusão. A seu ver, a palavra “inclusão” deveria ser substituída pelos termos “acesso” e “direito”, uma vez que a idéia de exclusão pressupõe que houve alguma forma de participação em momento anterior, o que, afirma, não corresponde aos fatos históricos. Assim, o trabalho em prol da democratização do acesso se justifica, não como via de inclusão, mas sim para garantir um direito que é de todos.

Por outro lado, afirma que a noção de cultura como direito implica a participação ativa dos atores sociais, permitindo o desenvolvimento de suas potencialidades. As novas tecnologias da comunicação são, hoje, um instrumento fundamental nesse processo. Dá o exemplo dos Pontos de Cultura criados pelo Minc, que envolvem a juventude com figuras maduras e proativas, capazes de tomar o processo nas próprias mãos. Assim, ao invés de tentar suprir uma “falta”, se estaria estimulando a manifestação de potenciais criativos já existentes.

É a partir desses potenciais que as expressões desenvolvimento e cidadania devem inspirar as instituições. Chamando a atenção para o fato de que a arte, no sentido ampliado envolve uma grande diversidade de ações, como trabalhos de registro da memória e a criação de museus nas comunidades – como no caso do Museu da Maré - Adair Rocha afirma que a cultura tem efeitos transformadores sobre a economia e a política, intervindo nos motores da sociedade.

Ao concluir, comenta que os editais abertos pelo governo, embora aprofundem a democratização ao permitirem o acesso aos recursos da cultura, não eliminam a desigualdade de qualificação dos projetos apresentados. A questão que se coloca, então, é a de como fazer para combater essa desigualdade e promover relações mais criativas entre os chamados universos da favela e do asfalto.



Regina Novaes, antropóloga

“...as políticas públicas devem combater a desigualdade de acesso aos materiais culturais atendendo à demanda dos jovens por equipamentos não existentes nas suas comunidades. Deve-se evitar, entretanto, uma “política pobre para os pobres”.”

Há muitos anos dedicada ao tema da juventude, a antropóloga Regina Novaes organizou sua fala em torno de três questões distintas e complementares: a concepção de cultura; os cruzamentos entre juventude e cultura; e a relação entre cultura e políticas públicas de juventude.

No que se refere à concepção de cultura, parte do conceito antropológico, em que cultura é entendida não como um aspecto específico da expressão ou da atividade humana e sim como um elemento constitutivo da vida social como um todo, uma vez que os símbolos estão presentes em todas as formas de representação. Desse ponto de vista, a cultura é entendida pra além do fazer artístico, como um conjunto de linguagens que se modificam através do tempo e do espaço, num processo dinâmico e criativo que estabelece vínculos entre passado, presente e futuro. O fazer artístico se insere no contexto dessa cultura mais abrangente e retira daí seus códigos.

A juventude, por sua vez, desempenha um papel central nessa dinâmica, uma vez que o presente dos jovens está situado entre as heranças do passado e as perspectiva de construção do futuro. Esse potencial de criação do novo é, hoje, potencializado pelas novas tecnologias da comunicação, que abrem novas possibilidades de criação e produção artística.

Quanto ao Estado, seu papel não deve ser o de criar ou fazer cultura e sim de estabelecer as regras do jogo, estimulando a dinâmica da cultura através da ampliação das condições de produção e fruição de bens culturais. O poder público deve possibilitar a produção e o acesso ao consumo da arte, e, para tanto, vários caminhos podem ser trilhados de forma concomitante, sem optar entre privilegiar as raízes da tradição brasileira, ou as linguagens clássicas, ou novas tendências da cultura tecnológica. Caberia ao Estado, pelo contrário, favorecer a diversidade de expressões. Regina Novaes reforça esse argumento com uma citação de Gilberto Gil: trata-se de “avivar o velho e atizar o novo”.

Estatísticas recentes do IBGE, referentes ao consumo cultural da juventude, revelam, segundo a palestrante, uma contradição: a juventude atual tem demonstrado enorme potencial para manifestações culturais numa realidade em que se verifica uma alarmante falta de acesso aos seus recursos. A antropóloga vê uma relação entre esses dados e a precariedade das escolas públicas brasileiras.

A partir dessas constatações, Regina Novaes acredita que as políticas públicas devem combater a desigualdade de acesso aos materiais culturais atendendo à demanda dos jovens por equipamentos não existentes nas suas comunidades. Deve-se evitar, entretanto, uma “política pobre para os pobres”. Nesse sentido, é importante não reduzir a criação de ações culturais a meras estratégias de combate à violência. Por outro lado, é importante que, nas escolas, haja um diálogo entre a cultura erudita e a cultura popular. Os jovens apresentam diferentes interesses e estilos e isso deve ser respeitado e incentivado. Para que isso ocorra, é necessária uma nova concepção de educação, que consiga juntar teoria e prática e na qual a fruição seja valorizada como elemento central.

Apesar de reconhecer sua diversidade, Regina Novaes defende, com base nos resultados de pesquisas recentes, que, atualmente, a categoria “jovem”, designa uma geração com características e experiências comuns, constituindo uma categoria social específica, tal como gênero o foi há alguns anos atrás. Entre os traços comuns a essa categoria geracional se destacam, por um lado, a vulnerabilidade e o medo da morte e, por outro, uma enorme criatividade em termos de expressão cultural. Essa criatividade se destaca por um traço inédito: a capacidade de hibridismo

Na medida em que todos os jovens forem percebidos como integrantes de uma mesma geração, e não meramente como um conjunto heterogêneo de indivíduos situados numa mesma faixa etária, as políticas para a juventude deverão enfatizar as interações entre jovens de diversos espaços – de regiões do “centro” e da “periferia”, por exemplo -, bem como as relações inter-geracionais.

Regina Novaes concluiu alertando para o fato de que, apesar da cultura - tanto enquanto função de criação e produção, quanto na sua dimensão econômica - ser um elemento estruturante da vivência juvenil, essa visão ainda tem sido pouco incorporada pelos gestores públicos. No entanto, segundo ela, a cultura não deve ser um “a mais” no trinômio educação trabalho e cultura. O “desenvolvimento integral” é um direito de cidadania e pode ser fonte de identidades criativas. Ou seja, na construção da cidadania, a cultura “não é a cereja do bolo, ela deve estar na massa”.

Alcione Araújo, filósofo, escritor e teatrólogo

“Só a arte nos oferece as possibilidades de sair de nossas vidas singulares e agregar outras vivências e experiências”.



O terceiro integrante da mesa, Alcione Araújo, se propôs a abordar o tema do papel social da cultura por um ângulo diferente dos que os antecederam. Situando a cultura e as manifestações artísticas como constitutivas da própria condição humana e, portanto, anterior aos governos e às instituições sociais, criticou a apropriação da arte pelo estado. A seu ver, essa apropriação, impede o homem de sonhar. É importante, no entanto, que o homem recupere a sua possibilidade de criar com liberdade e esse, segundo Alcione Araújo, deve ser o esforço atual da academia e da política.

A arte, afirmou, diz respeito à expressão da subjetividade que ultrapassa as barreiras das imposições sociais e nos permite ir além do que somos. Por outro lado, a fruição estética permite aproximar as diferenças, instaurando a experiência da semelhança. Porque o gesto criador, embora sediado no indivíduo, encontra eco no outro. Quando isso ocorre, a arte se apresenta como a essência do processo democrático, uma vez que permite que cada um seja o que é, sem estar voltado para estratégias de poder.

Alcione Araújo afirmou que, no Brasil, os grupos culturais surgiram e cresceram como resposta ao fracasso da educação em induzir as pessoas ao exercício da criação. O capitalismo levou o homem a uma especialização implacável e a educação foi reduzida a um adestramento para a produção.

Segundo o filósofo, nós crescemos ao agregar outras vidas às nossas, adquirindo vivências. Só a arte nos oferece as possibilidades de sair de nossas vidas singulares e agregar outras vivências e experiências. O saber sem arte, especializado, sufoca as diversas potencialidades da subjetividade. Mas a relação com a arte nos prepara para incorporar uma diversidade de códigos e saberes.

2ª. Parte: Rodas de conversa

Roda 1: Produção Cultural e Autogestão

Quais arranjos organizacionais, formas de produção e gestão que artistas, grupos e coletivos culturais têm encontrado para viabilizar suas ações culturais de forma autônoma e independente? Quais os caminhos e desafios para a democratização da cultura, considerando as diversas esferas da produção cultural – criação, circulação, acesso, intercâmbio?



Mediada por Heliana Marinho, da Gerência de Economia Criativa do SEBRAE RJ, essa roda de conversa contou com a participação de Vinicius Daumas, fundador e coordenador pedagógico do Programa Social Crescer e Viver sediado na comunidade de Porto da Pedra, no Rio de Janeiro, Célia de Fátima Moreira, coordenadora do Projeto Integração pela Música – PIM, de Vassouras, Makely ka, integrante da Cooperativa de Músicos de Minas e Vitor Onofre, do AfroReggae.

Heliana Marinho, mediadora da roda, abriu a conversa com uma breve introdução ao tema da cultura sua relação com a sustentabilidade social e econômica, enfatizando a necessidade de que a arte seja economicamente viabilizada através da geração de renda. Partindo dessa premissa, e da constatação de que, em geral, os integrantes dos projetos sócio-culturais são moradores de periferia e pobres, aponta a urgência de debater os modelos de organização que existem na construção desses projetos. Segundo ela, a economia cultural, também chamada de economia criativa, cresce 30% no mundo e 10% no Brasil a cada ano mas, ainda assim, é uma economia invisível no país. Nesse sentido, considera que a discussão sobre as condições de geração de renda antecedem a discussão sobre a cultura. Com essa provocação, passou a palavra aos demais integrantes da roda.

Primeiro a tomar a palavra, Vinicius Daumas, começou sua fala se indagando como deve ser o dialogo entre as diferentes utopias dos vários projetos e a lógica capitalista de mercado. Apresentou o Crescer e Viver, uma escola de circo que tem como objetivo desenvolver o empreendedorismo social e cultural, como uma proposta de resposta a essa questão. Fundado há 7 anos, o projeto pode ser definido, em princípio, como um “circo cidadão”, mas sua proposta visa uma inclusão sócio-produtiva que abrange todas as etapas de montagem de um espetáculo. Assim, permite a formação de uma cadeia de produção e de atividades cujo resultado é um produto cultural de qualidade. Assim, além de terem o circo como principal projeto de promoção social, eles pensam suas atividades sob a ótica empreendedora, incluindo os jovens e buscando a autonomia, através da construção de espetáculos que “disputem mercado”. Os jovens, por outro lado, são incentivados a escreverem seus próprios projetos, terem seus próprios grupos e a conseguirem se sustentar pela arte. Segundo Vinicius Daumas, a arte existe para transformar e permitir uma formação que garanta a autonomia dos indivíduos. Nesse sentido, vê o circo como meio e não como fim. Para o futuro, diz que ser desejo é criar uma companhia de circo que possa ser autogerida e esteja economicamente engajada.

Em seguida, Célia de Fátima Moreira, do PIM, também apresentou o projeto, uma incubadora de gestão e produção cultural voltada para a música, situado em Vassouras. Contou que, tendo começado com 39 pessoas, o PIM hoje atinge cerca de 800 participantes. Acrescentou ainda que a comunidade teve um papel importante na contribuição para o projeto, antes que esse tivesse qualquer verba de apoio. A autogestão do PIM, segundo a palestrante, é viabilizada através da inclusão dos participantes nas diferentes áreas do projeto - “para que eles sejam parte de tudo o que é realizado” - e do estímulo do poder público (a prefeitura oferece bolsas para que os jovens continuem estudando música).

Makely ka, que assumiu a palavra a seguir, trabalha na câmara setorial de cultura e é integrante da Cooperativa de Músicos de Minas. Essa cooperativa nasceu com a perspectiva de organizar uma prática que engloba formadores, criadores, produtores, distribuidores e consumidores de música em um “banco de serviços”, institucionalizando as trocas. Em sua apresentação enfatizou as transformações trazidas pelo advento da Internet, dizendo: “A música vai para o quarto de um menino de 15 anos que pode compor, produzir, distribuir e consumir com grande facilidade. Ele é um autoprodutor, sabota a Indústria Cultural e

cumpra toda a cadeia da música”. De acordo com Makely ka, é preciso fortalecer os produtores independentes, dialogar com o poder público e discutir a questão da legalidade nas cooperativas.

Por fim, o representante do AfroReggae, Victor Onofre, contou a história do grupo, que já completou 15 anos, e a partir de cuja experiência já surgiram diversos outros. Mostrou a importância do Ponto de Cultura criado em Parada de Lucas pelo AfroReggae, o que, segundo ele, mostra que a cultura sobrevive à rivalidade de comandos.

A necessidade de estabelecer uma rede que permita trocar informações e promover o intercâmbio entre os projetos para alcançar a sustentabilidade foi o tema sobre o qual a roda de conversa concluiu seus trabalhos.

Roda 2: Cultura Livre, novas tecnologias e mídias alternativas

Como novas tecnologias e mídias impulsionam novas formas de criação, produção, comunicação e difusão cultural livres, coletivas, compartilhadas, baratas e democráticas? Quais as novidades, desafios e questões que envolvem a chamada Cultura Livre?



Mediada por Isabela Nunes, Diretora da Fundação Daros, essa roda teve a participação de Claudio Prado, do Ministério da Cultura, Claudius Secon, do Centro de Criação de Imagem Popular - CECIP -, Fernando de Athayde, do Publitape/WTV em Cena, João Alegria, do Canal Futura, Hermano Vianna, do Overmundo e Isabel Gouvêa, do projeto Cipó, sediado em Salvador.

Claudio Prado foi o primeiro a fazer uso da palavra, afirmando o papel provocador, anárquico e subversivo da tecnologia digital. Isso porque viabiliza o que há de mais subversivo no mundo capitalista: a viabilização da produção e distribuição dos conteúdos da diversidade cultural.

As acusações de pirataria seriam uma tentativa de segurar esse processo, mas que, a seu ver, está fadada ao fracasso. Segundo Claudio Prado, quem faz política pública, hoje, tem que pensar a pirataria como uma forma de abrir e liberar o acesso às manifestações culturais. Sua regulação, portanto, deve ter um sentido libertário e não coercitivo. Assim, a questão a ser enfrentada é a de como construiu novos modelos de regulação que atendam simultaneamente a produtores e consumidores de cultura. Permitindo, por exemplo, a constituição de bibliotecas que, ao invés de emprestar, dêem livros aos usuários, através de impressão sob demanda.

O Ministério da Cultura estaria buscando implementar uma política que leve a cultura multimídia para as periferias através de equipamentos e treinamento de informática, da internet banda larga com programas de software livre, e a implantação de estúdios multimídia, que permitam a interatividade e a troca de experiências. A banda larga, afirmou, é o centro do mundo, permite obter e trocar informação sem deslocamento físico. Através dela, por exemplo, um rapaz do interior do Pará pode “ir” direto para a Suécia, atravessando o espaço e o tempo pelo computador. Considerou sintomático, nesse sentido, que hoje haja uma epidemia de *lan-houses* em todo o Brasil.

Segundo integrante da roda a falar, Claudius Secon invocou Paulo Freire, responsável por um método pedagógico que alterou profundamente a lógica do poder no campo do conhecimento. Na sua opinião, é essa linha de pensamento independente e crítico que ainda está presente nos projetos culturais e educacionais da atualidade. Lembrou que, segundo Paulo Freire, ler é compreender o mundo, e ler é escrever é modificar o mundo.

Do mesmo modo, afirmou, se apropriar de uma tecnologia é o princípio da liberdade. Já foi a partir dessas idéias que o CECIP criou e desenvolveu o projeto Maxambomba, nos anos 80, através do qual os jovens da periferia passaram a fazer seus próprios vídeos sobre temas de seu interesse. Atualmente, o Centro continua a trabalhar nessa mesma linha, com novos projetos em diversas periferias do Rio de Janeiro. A grande maioria desses projetos se caracteriza por integrar cultura e educação, atuando junto às escolas públicas ou buscando complementar o trabalho dessas instituições educacionais. Partem do princípio de que a escola deve ser um dos principais lugares de mudança.

Ao longo de toda a sua trajetória, o trabalho do CECIP segue a mesma lógica inicial inspirada em Paulo Freire. Nessa perspectiva, segundo Claudius, o vídeo é da maior relevância, na medida em que é a produção de um saber coletivo. Por outro lado, reafirmou, trabalhar com jovens visando a sua formação integral é abrir um espaço subversivo, porque promove a crítica das regras estabelecidas, bem como das estruturas hierárquicas rígidas. Não se faz um produto audiovisual individualmente, declarou, e isso desperta modos de pensar incompatíveis com formas tradicionais de organização escolar

Quanto ao papel das ONGs, disse o palestrante, esse é o de disseminar experiências e gerar políticas públicas ou projetos autônomos e não o de substituir o Estado. No entanto, alertou para o fato de que esses processos exigem tempo para que se obtenham resultados. É também no grande potencial de democratização da produção e do acesso que Fernando de Athayde centrou sua contribuição para a roda. Segundo ele, estamos vivendo um momento único, de liberdade, em que qualquer pessoa pode produzir o que quer e divulgar para quem quer, de qualquer maneira. O sucesso do Youtube seria o maior exemplo da dimensão que vem adquirindo essa nova forma de circulação e apropriação da produção cultural.

Apresentou, então, o projeto da WebTV (www.wtn.com.br), uma TV de banda larga, por demanda, que, na ocasião do evento, já possuía cerca de 200 programas prontos, produzidos pela Publytape. Aberta a parcerias, seu objetivo é o de fazer uma TV à qual todos tenham acesso. Informou, então, que o Seminário estava todo sendo gravado e seria transmitido online pela WTN.

Isabel Gouvêa, fotógrafa que trabalha junto à ONG Cipó Comunicação Interativa, falou a seguir, apresentando o trabalho daquele projeto, que atende alunos de 16 a 18 anos de idade de escolas públicas situadas em duas regiões populares de Salvador. Segundo afirmou, o projeto optou por uma metodologia que une o processo de formação ao de produção, apostando na fórmula de “aprender pelo fazer” visando atingir dimensões mais profundas do conhecimento, que levam ao pensamento crítico. A Cipó forma cerca de 80 jovens por ano, que, posteriormente, vão atuar como irradiadores de conhecimento para outros jovens. Segundo Isabel Gouvêa, o importante é que os jovens se realizem como indivíduos ao produzirem seus trabalhos.

Quanto às novas tecnologias, disse acreditar que estas deflagram um processo de múltiplas possibilidades que escapam, inclusive, ao controle dos educadores. Assim, a inclusão digital

acontece de formas inusitadas e criativas e esse processo permite que os jovens adquiram autonomia. Para tanto, porém, é preciso tomar muito cuidado para não direcionar indevidamente os conteúdos de sua produção, o que sempre acontece quando se desconhece e/ou desconsidera a cultura local na qual estão inseridos. Pelo contrário, é fundamental desconstruir a supervalorização da cultura do Outro.

O supervisor artístico do Canal Futura, João Alegria, iniciou sua fala enfatizando seu interesse no debate sobre o potencial de democratização das novas tecnologias da comunicação. Nesse sentido, apontou a importância da produção de conteúdos midiáticos que realizada atualmente, de forma viral, fora das instituições ou empresas especializadas, admitindo que têm qualidade, são legítimas e representativas da sociedade.

Em relação a essa produção, um dos problemas é que apenas algumas chegam ao público. Para isso, aponta duas soluções possíveis:

- 1) o videopost, através de canais como a WTN, onde se pode blogar os programas realizados para serem apresentados na tela da TV;
- 2) a TV colaborativa, em que há um processo coletivo de decisão sobre o que deve ou não ser veiculado, a exemplo do que ocorre em sites como o Overmundo e a Wikipédia. Nesse caso, se trata de um canal de TV em interlocução permanente com o público.

Mencionou, ainda, uma outra possibilidade, menos relevante, da produção de programas realizada em parceria. Todas essas iniciativas, entretanto, alertou o palestrante, precisariam enfrentar algumas questões centrais para alcançarem resultados efetivos:

- 1) a exigência de legalidade, no contexto de uma produção que se dá fora das instituições formais. Essa exigência ainda é fundamental para se conseguir apoios e financiamentos.
- 2) a relação dessa produção com a lógica do mercado, no sentido de encontrar meios de arcar com os custos e remuneração dessa produção. Segundo João Alegria, seria necessário mudar a lógica do mercado. Uma saída possível seria a realização de parcerias em que a remuneração não fosse pelo produto e sim pela viabilização da produção (troca de serviços, por exemplo), segundo a lógica da produção compartilhada. Esse tipo de produção, entretanto, só é possível através da construção de redes constituídas apenas por pequenos produtores. Porque, explicou, se um parceiro “grandão” for admitido no processo, o que era uma rede de muitos para muitos se transformará numa rede de muitos para quem paga.
- 3) a questão editorial, isto é, a pergunta sobre se quem faz a produção, pode ou não perceber em que medida ela contempla os objetivos a que se propunha
- 4) a decisão sobre a titularidade ou propriedade dos resultados da produção colaborativa. Neste aspecto seria necessário rever as noções de propriedade intelectual, intensificando o debate sobre novos tipos de licença.

Hermano Vianna, antropólogo e um dos idealizadores do Overmundo, deu continuidade às formulações de João Alegria, chamando a atenção para o fato de que a tentativa de mudar a produção é muitas vezes capturada por modelos antigos. Muitos ainda trabalham, por exemplo, com idéias ultrapassadas sobre direito autoral. E ferramentas como o Orkut ainda são muito subutilizadas.

A realidade atual, comentou, apresenta aspectos ao mesmo tempo extremamente inovadores e contraditórios trazidos pelas novas tecnologias. Por exemplo, mais da metade da população mundial hoje possui celular. Com isso aumenta em muito a capacidade dos indivíduos produzirem e divulgarem conteúdos. Paradoxalmente, no entanto, aumenta

também, com isso, a dificuldade de se ganhar dinheiro com essa atividade. Portanto, seria preciso descobrir novas maneiras de permitir com que isso acontecesse.

Segundo afirmou, os números relativos ao consumo cultural levantados por pesquisas como as do IPEA, não levam em consideração e não computam outras formas de acesso como os DVDs, os fanzines, o Orkut, que, no entanto, são espaços muito representativos da produção e do consumo de conteúdos culturais pelos jovens hoje. A desqualificação dessas manifestações culturais, no entanto, foram, muitas vezes, internalizadas pelos próprios jovens que as produzem, concluiu.

Ultimo palestrante dessa mesa, Claudio Prado, do Ministério da Cultura, começou dizendo que as questões levantadas por João Alegria podiam ser sintetizadas numa única: a perplexidade diante do embate entre a lógica dos negócios predominante e os novos modelos que surgem.

A seu ver, a criminalização, por parte do governo, e da sociedade, de novas formas de lidar, por exemplo, com a propriedade intelectual e os recursos das novas tecnologias, tem impedido que esses novos modelos de negócio afluam. Iniciativas como os Pontos de Cultura, por sua vez, têm como mérito o fato de promoverem redes de articulação entre os jovens, lhes oferecendo condições para o exercício da cidadania.

Roda 3: Juventude, Educação e Cultura

De que forma políticas públicas, organizações da sociedade civil e coletivos de jovens artistas articulam essas três esferas - juventude, educação e cultura - e respondem ao desafio da mobilização, inclusão e formação de jovens em diferentes contextos sociais, culturais e políticos no Brasil?



Os temas desenvolvidos nesta Roda de Conversa foram políticas públicas de juventude, arte, cultura e educação; as diferenças – ou a multiculturalidade – no contexto da população jovem; e a mobilização e organização de projetos coletivos de jovens, assim como a ação educativa e cultural. Mediada por Ruy Berger, educador e consultor da fundação Kellogg, contou com os palestrantes Luciana Guimarães, do Centro Cultural da Juventude de São Paulo, Marcus Vinicius Faustini, secretário de Cultura do município de Nova Iguaçu, e Sueli Lima, da Casa de Artes da Mangueira, além dos debatedores Denise Mendonça, do projeto TEAR, Sueli Silva, da Geração Futuro de Pernambuco e José de Oliveira Santos, do projeto Ação Cultural de Sergipe. Valeria Fagundes, de Pernambuco, foi a jovem observadora da discussão.

Primeira palestrante, Luciana Guimarães, do Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso, de São Paulo, falou da necessidade de se fazer políticas públicas a partir de uma visão mais moderna da cultura. Para ela, o poder público produziria estereótipos da juventude e da cultura, produzindo políticas públicas inoportunas e ineficientes, onde a cultura só apareceria como a cereja do bolo ou como forma de controle do jovem. Luciana fez críticas a respeito da visão comum de que é preciso ocupar a juventude como se esta fosse um problema e da idéia de que a cultura sirva somente como instrumento, e não como agente formador de identidade e expressão. Por outro lado, a percepção tradicional de cultura a identifica como produção artística, esvaziada da questão do hábito Assim, valoriza-se

apenas os “grandes talentos”, que deveriam aparecer para justificar o incentivo, como se o jovem comum não precisasse ou não tivesse direito a cultura.

Segundo Luciana Guimarães, não se deve fazer diagnósticos estereotipados para ver a cultura como essencial. As políticas públicas dependem da percepção que se faz da cultura e são voltadas para cada caso. No entanto, esses estereótipos são fortemente usados pelo governo e também pelos próprios jovens.

Luciana Guimarães criticou a mídia que reforça estereótipos negativos nas comunidades. Como exemplo, citou o caso de Jardim Ângela, considerado um dos lugares mais violentos de São Paulo e que teria recebido pontos de cultura como forma de controlá-la. Os jovens do local reclamavam da atenção exclusiva dada à violência pela imprensa, mas, quando, em certa ocasião, uma reportagem não abordou esse aspecto, foi o próprio jovem entrevistado que levantou essa questão, mencionando que aquele era o lugar mais violento da cidade. Segundo a palestrante, atribuir à cultura o poder de curar o mal e a perversidade é um senso comum presente nas justificativas da relevância das iniciativas culturais. Afirmou que, ao estabelecer as diretrizes do Centro Cultural da Juventude de São Paulo, luta para resgatar uma outra visão de cultura, em que seja vista não como um instrumento e sim como um direito. Assim, visa desenvolver as possibilidades e habilidades dos próprios jovens, retirando a idéia de que teatro é só para ver peças, mas que é também um espaço de experimentação e criação, isto é, de desenvolvimento daquilo que se possui.

Sublinhou, então, a importância, para os jovens, de terem acesso aos bens de produção cultural regional e mundial através de equipamento público de grande qualidade instalado na periferia. A seu ver, os processos de produção, na medida em que formam identidades e oferecem a possibilidade de interfaces, abrindo caminhos em muitas direções, devem ser objeto de discussão nos espaços de cultura. Isto implica reconhecer as obras como produção cultural, dando espaço e visibilidade para a produção juvenil.

Sueli de Lima, a seguir, fez uma pequena apresentação sobre o trabalho realizado na Casa das Artes de Vila Isabel e da Mangueira, que atuam em parceria com as escolas municipais. Segundo afirmou, o objetivo do projeto não é formar artistas, mas sim atuar nos espaços intermediários - entre a escola, a comunidade e a cidade -, garantindo a chegada do jovem ao final do Ensino Médio. Seu método de atuação está sendo utilizado agora pelo MEC em projetos em educação e cultura para a conclusão do ensino médio, trabalhando com os alunos até a chegada a universidade. A equipe de educadoras é formada por pessoas da comunidade e de fora dela.

Segundo Sueli de Lima, a sociedade é marcada pela valorização do saber acadêmico, o saber do poder, e a atuação nos espaços intermediários permite avaliar e incorporar o saber extra-acadêmico. Para tanto, existem cinco núcleos de atuação, pelos quais todos os beneficiados e os professores devem passar:

- 1) Núcleo de Pesquisas Artísticas – linguagens visuais, musicais e corporais
- 2) Núcleo de Pesquisa da Memória – pesquisa do universo cultural local, com uso de fotografia e vídeo, traçando os contornos culturais a partir do ponto de vista juvenil
- 3) Núcleo de Pesquisa para a Escola – para aproximar os territórios da arte e da cultura e promover o diálogo entre o conteúdo escolar e as vivências comunitárias relacionando os saberes
- 4) Núcleo de Educação Urbana – tem uma dimensão educadora, visando suprir a falta de conhecimento que os jovens têm da cidade

5) Núcleo de Educação para a Ciência – estudo de tecnologias populares, visando promover um diálogo com as soluções da área da ciência.

Do ponto de vista de Sueli de Lima, o saber e a cultura local ajudam a tomar o estudante curioso, interessado na classificação e observação do mundo. Assim, o projeto reconhece os saberes que os alunos trazem, pensando num produto a ser utilizado em todo o país. Este saber é dividido em onze campos: 1) experiência espacial; 2) experiências de corpo e de vestuário; 3) narrativas locais; 4) manifestações artísticas locais; 5) noções de saúde e cura; 6) noções de trabalho; 7) noções de condições ambientais; 8) noções de relações políticas; 9) noções de alimentação; 10) idéias de brincadeira; 11) concepções de calendário local. Todos esses saberes têm relação com o conteúdo escolar e foram alocados de maneira móvel em relação à escola. O resultado é uma mandala de conhecimentos integrados e móveis que será aplicada inicialmente em escolas de baixo índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), mas que pode ser adaptada a cada realidade.

O terceiro palestrante, Marcus Vinicius Faustini, Secretário de Cultura de Nova Iguaçu, fez uma provocação ao debate declarando que, mais importante do que produzir conceitos, é produzir experiências. Usou como exemplo, sua própria história de criança pobre, que, na sua circulação pela metrópole, foi exposta a diversas realidades sociais. Todas as pessoas que conheceu nessa peregrinação e que passaram por problemas semelhantes aos seus, contou, hoje estão ligados de alguma forma a projetos sociais expressivos.

Para ele, cabe ao Estado o papel de viabilizar ações. Para tanto, a possibilidade de circulação dos jovens na cidade e a possibilidade de dialogarem com diferentes instâncias sociais é fundamental para que amadureçam. Questionou também o conceito de juventude que, a seu ver, é novo e precisa ser problematizado.

Quanto à educação, afirmou que educar o jovem a partir da idéia de que é uma tabula rasa, desconsiderando seus pontos de vista próprios é educar oprimindo. Deste ponto de vista, considerou que a juventude não está em crise e sim organizada pelo mercado. Por isso, é preciso combater a captação dos jovens pelo consumo, proporcionando-lhes outras experiências, e negociar com a juventude para construir uma educação em que haja efetivamente uma troca de saberes e não uma transmissão unilateral. E Marcus Vinicius concluiu sua fala deixando uma pergunta no ar: “colocar jovens para bater lata é consertá-los?”.

Após os palestrantes, foi a vez dos debatedores tomarem a palavra. Sueli Silva, do projeto Geração Futuro, de Pernambuco, voltado para crianças e adolescentes, afirmou que o jovem tem grande contribuição a dar para a sociedade uma vez que preparam o futuro gerindo o presente. Os jovens de camadas menos privilegiadas, prosseguiu, são tão importantes para a sociedade os da pequena burguesia e devem participar do processo cultural com suas experiências e vivências diferenciadas.

Denise Mendonça, do projeto TEAR, relatou que esse projeto desenvolve a arte e a educação sem a finalidade de formação de artistas, e sim de cidadãos. Disse acreditar que existe a necessidade, por parte dos jovens, de uma experiência estética para se colocar no mundo. A questão central, segundo ela, é a de como transformar o coletivo através do fazer artístico, isto é, como tecer sentidos coletivos pautados no sentido de pertencimento.

Representante da Ação Cultural de Sergipe, José de Oliveira Santos, levantou o problema dos inúmeros projetos que nascem e morrem sem que a população se dê conta dos talentos

que ali existiam. Na sua opinião, o principal desafio é o de motivar os alunos a participarem da escola. No caso da Ação Cultural, os alunos fazem uma reflexão sobre a escola que frequentam e imaginam a escola que gostariam de ter. Além disso, as escolas ficam abertas nos finais de semana, para permitir um aprendizado mais integrado com o cotidiano.

A última a falar foi Valéria Fagundes, integrante do Fórum de Juventude de Manari – o município de Pernambuco que apresenta o menor IDH do Brasil – onde, segundo ela, os jovens são tratados pelo poder público como uma ameaça. O Fórum, segundo Valéria, atua junto a escolas que recebem um núcleo de mídia, e oferecem formação em vídeo, rádio e jornal impresso, buscando perceber as prioridades do município e as possibilidades de melhorias.

O debate acalorado se estendeu ao público abordando temas como a função social do jovem; as diferenças de foco na atuação de projetos que pretendem formar pessoas, estudantes ou artistas; a necessidade de que a periferia seja vista e se sinta como parte integrante do contexto social; a urgência de conjugar experiências estéticas com experiências sociais para gerar um sentido de pertencimento.

Entre as críticas mais frequentes aos projetos sócio-culturais em curso na atualidade, foi apontada a efemeridade de muitos, que resulta na dificuldade de incentivar os jovens a participarem dessas iniciativas. Um estudante de serviço social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro da platéia, lembrou a necessidade de articular a produção subjetiva às possibilidades objetivas, desenvolvendo políticas públicas voltadas para a arte e a cultura, mas sem deixar de lado as políticas de emprego e de saúde.

Síntese das Rodas de Conversa e Encerramento



A mesa de encerramento do Seminário mediada por Angela Nogueira do CEPP apresentou, para o conjunto dos participantes do encontro, uma síntese dos principais destaques das Rodas de Conversa, elaborada pelos seus mediadores.

Isabela Nunes, mediadora da Roda de Conversa sobre Cultura Livre, Novas Tecnologias e Mídias Alternativas, sintetizou os resultados do debate numa única frase: “a prática dá sempre um banho na teoria”. Isto é, tudo o que foi dito pelos palestrantes evidenciou que, na prática, as coisas vão acontecendo, das quais as instituições não dão conta e/ou para as quais vão dando forma de outras maneiras, muitas vezes inadequadas. Assim, Cláudio Prado, ao se indagar sobre o sentido da palavra “pirataria”, concluiu que a regulamentação ao invés de atuar para restringir deveria ter um sentido libertário. A epidemia de lanhouses, por exemplo, seria resultado de uma demanda da população que percebe que, hoje, o centro do mundo está nas redes da internet e que é imprescindível estar conectado para exercer o

“se virismo”, isto é, a possibilidade de “se virar” no mundo. Por sua vez, Claudius Cecon invocou Paulo Freire para mostrar a diferença entre a capacidade de produzir e de se apropriar da tecnologia. Esta última exige uma visão crítica da produção e dos meios e para tanto é preciso modificar o papel das escolas, atuando no interior das próprias instituições pedagógicas. A fala de João Alegria chamou a atenção para a necessidade de encontrar novos modelos de institucionalização, entre os quais destacou o de produção colaborativa. Nessa mesma linha, Hermano Vianna apontou a necessidade de inventar novas formas alternativas de ganhar dinheiro diferentes da lógica excludente do mercado tradicional.

Observador dessa mesma Roda de Conversa, José Gilson, jovem de Boca da Mata, Alagoas, e integrante do Grupo de Jovens Observadores da 2ª. Mostra Brasil, lembrou sua experiência em rádio comunitária, reafirmando a importância da escola para que os jovens possam atuar como protagonistas e multiplicadores de conhecimento através do acesso às novas tecnologias.

Mediadora da Roda de Conversa sobre Produção Cultural e Autogestão, Heliana Marinho enfatizou, como resultado central do debate, a importância do reconhecimento de uma causa comum para que os indivíduos sejam capazes de atuar em processos de transformação que reforcem identidades sócio-culturais. Os diferentes depoimentos teriam evidenciado que, só com processos participativos, que abranjam todas as etapas da produção cultural, é possível combater a efemeridade que atualmente predomina em grande parte das organizações que atuam no campo da arte e da cultura. Por outro lado, reconheceu que as questões da remuneração e da sobrevivência financeira ainda não encontraram solução, uma vez que a cultura não é vista como objeto de consumo e sim de fruição.

Nesse aspecto, suas conclusões convergiram com as apresentadas por Isabela Nunes, ao apontar que encontrar saídas para esse impasse, através de novos modelos de organização, é o grande desafio do momento.

Ruy Berger, ao apresentar os principais resultados da Roda de Conversa sobre Juventude, Educação e Cultura, da qual foi mediador, distinguiu entre duas posições existentes entre os palestrantes: os que se preocupavam com a formulação de políticas públicas de educação e com os sentidos de cultura no qual se fundamentam; e aqueles que atuam no campo da cultura de modo complementar à escola. Alertou, então, para a relevância de se atuar no espaço escolar e de não utilizar a cultura apenas como instrumento de combate à drogas ou à violência. Embora admitindo que é muito difícil mexer nas instituições pedagógicas, observou que a função da escola é transmitir conteúdos culturais no sentido amplo e que, portanto, seu esvaziamento implica também numa perda cultural. Em consonância com pontos enfatizados nas demais rodas de conversa, concluiu que a escola pode e deve gerar novos produtores de cultura, ser um espaço de acesso à vida cultural e de criação de novos repertórios e experiências diversificadas.

Relatores:

Ilana Strozenberg (ECO/UFRJ) – coordenação

Alunos da ECO: Camila Lamha; Erick Dau; Laila Melchior; Mariana Freire

Obs.: O 2º. Seminário Juventude, Cultura e Desenvolvimento foi realizado em 3 de junho de 2008, no SESC Tijuca no Rio de Janeiro, no âmbito da 2ª Mostra Brasil Juventude Transformando com Arte, e foi coordenado pelo Centro de Estudos de Políticas Públicas.

O que é o Programa Juventude Transformando com Arte?

Ações integradas que visam contribuir para identificação, fortalecimento e divulgação de grupos e instituições que trabalham com arte e cultura, envolvendo jovens brasileiros, com foco na transformação social. Coordenado pelo CEPP, o programa é composto das seguintes ações e produtos:

Mapeamento de Experiências Sociais com Arte e Cultura:

Região Nordeste – 2007 Região Sudeste - ES, SP e RJ - 2009/2010

Mostra Brasil (Rio de Janeiro): 2006, 2008, 2010

Revista Juventudearte: 2007 e 2009

Revista Mapa da Mina: resultados do mapeamento São Paulo, 2010

juventudearte@juventudearte.org.br

www.juventudearte.org.br

<http://juventudearte.blogspot.com>

http://twitter.com/juventude_arte

